

A20357

Prefeito mostra problemas de Vitória em simpósio

Durante o encerramento do II Simpósio Estadual de Defesa Civil da Região Sudeste, o prefeito Setembrino Pelissari falou sobre "A Cidade de Vitória e seus Problemas de Defesa Civil", salientando em sua exposição a importância das galerias de águas pluviais e outras obras que "visam ao bem-estar social da comunidade de Vitória".

A palestra foi iniciada às 15 horas e teve duração de uma hora e meia, com a participação dos membros da Coordenação de Defesa Civil dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e ainda outros diretores dessa atividade nesses estados e no Espírito Santo.

Pelissari iniciou sua exposição frisando que "a Prefeitura de Vitória não dispõe ainda de um órgão específico que cuide diretamente dos problemas relacionados com defesa civil municipal", mas que o órgão da municipalidade "tem desenvolvido, nos últimos anos, grandes trabalhos no sentido de atender às necessidades da população da capital".

Salientou o prefeito as obras de 17 quilômetros que compõem o sistema atual de galerias de águas pluviais em Vitória e que, "quando o sistema se encontrar totalmente concluído, já não teremos mais os problemas de alagamento que ocorrem em pequena escala dentro do município atualmente".

Segundo Setembrino, a área metropolitana de Vitória compreende os 81 quilômetros quadrados da ilha e parte ainda do continente, que inclui uma área até o Porto de Tubarão e proximidades do aeroporto Eurico Salles. "Há dez anos atrás, essa região não tinha os problemas de ordem social de hoje, mas esses estão sendo solucionados na medida do possível pela administração pública".

Está sendo possível solucionar esses problemas, devido aos recursos que a PMV tem conseguido junto a órgãos como a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e outras entidades ligadas à área de urbanização e desenvolvimento em todo o país, explicou Pelissari.

Os 17 quilômetros de galerias pluviais que a Vitória dispõe hoje, compreendem o sistema de saneamento de que PMV tem realizado nos últimos anos. Desses, 9 quilômetros são de obras executadas durante as duas administrações de Pelissari junto à PMV.

Elas incluem a bacia do Parque Moscoso, onde há uma galeria de águas pluviais de concreto armado com um metro. Interligando as galerias principais, foram executadas, ainda nessa região, as redes de manilhas que permitem o saneamento de toda a área.

A bacia do Morro da Fonte Grande-Piedade completa o sistema de saneamento, com dutos de concreto em toda a bacia de contribuição, o que favorece toda a região compreendida do Morro até a Praça Costa Pereira.

Acentuou ainda o prefeito de Vitória a importância das obras da galeria da bacia Capixaba, bacia do Forte de São João e bacia de Jucutuquara. A primeira serve ao comércio e unidades residenciais situadas na parte baixa da cidade, e sua construção percorre a rua José Sette. A segunda, passando pelas ruas Desempargador, José Vicente e Dom Bosco, atende toda a população do Forte São João. A última, com uma parte já construída e outra em fase inicial de obras, servirá de escoamento à região de Jucutuquara e Fradinhos.

A bacia do Bairro de Lourdes, bairro da Consolação e Bento Ferreira, passa pelas ruas



Setembrino Pelissari: destacando a importância das galerias pluviais

Grande e rua Wilson Freitas, além dos muros de contenção em vários acessos a morros e em ruas de Vitória.

Abordou ainda os problemas relacionados com o crescimento demográfico. Com relação à proteção de reservas florestais, Pelissari falou que, "já em 1929, havia preocupação por parte da administração pública com as áreas verdes".

A lei número 276 - disse ele - limitava para essa época a cota máxima de 30 metros; em 1972 foram então limitadas as construções para a cota de 4 metros, de acordo com a lei 2174; em 1974, a lei 2331 diz que "a zona de Reserva Florestal é constituída das áreas situadas acima da curva de nível de 50 metros no maciço central da Ilha de Vitória e dos morros da Gamela, Morro Grande, Bento Ferreira, sendo essa área considerada de proteção da cidade contra a poluição, e nela é proibido qualquer tipo de construção".

Salientou ainda o prefeito que dentro da defesa civil a PMV tem feito "grandes realizações com relação ao salvamento marítimo, muito embora se trabalhe com pouco pessoal e material razoável para os atendimentos". Explicou ele que as estatísticas demonstram a "eficiência dos trabalhos dos salva-vidas, sendo que em 1974 foram relatados 14 óbitos; em 75, 11; em 1976, 4 e durante esse ano ainda não ocorreu nenhum, evidenciando a importância desse serviço situado na Praia de Camburi".

Ao governador Elcio Alvares, os participantes do II Simpósio Estadual de Defesa Civil da Região Sudeste entregaram, ontem à tarde, um documento contendo as conclusões finais do encontro.

O documento - contendo 13 itens - foi assinado por representantes das Coordenações de Defesa Civil dos Estados da Região Sudeste. Entre as medidas sugeridas está o levantamento de áreas e pontos vulneráveis nos estados para, entre outros objetivos, tentar viabilizar junto às secretarias e órgãos competentes, as medidas preventivas mediante a utilização do controle meteorológico e hidrográfico.

Um importante item do documento, considerado pelos participantes do II Simpósio, foi a

3) - Verificação, pelos sistemas estaduais, da possibilidade da preparação de recursos humanos capazes de prestar serviços diversos mediante utilização de recursos locais, utilizando organizações públicas e privadas.

4) - Verificação da possibilidade de manutenção de um Fundo Especial para atendimento, a nível estadual, das emergências.

5) - Determinação dos sistemas estaduais de manterem os seus programas, no objetivo de atuarem para consecução do Bem-Estar Social sem qualquer sentido de facção, visando tão somente à qualidade de vida do povo.

6) - Levantamento de áreas e pontos vulneráveis nos estados para, entre outros objetivos, tentar viabilizar junto às secretarias e órgãos competentes, as respectivas medidas preventivas, mediante, entre outras providências, a utilização do controle meteorológico e hidrográfico.

7) - Solicitação para que o Conselho Nacional de Petróleo autorize, legalmente, o fornecimento de combustíveis aos veículos envolvidos em operações de Defesa Civil, decorrentes de situações provocadas por eventos desastrosos, nas datas em que seu fornecimento está suspenso por motivos de economia de combustível, permitindo assim o seu fornecimento para os casos de emergência no campo geral de Defesa Civil.

8) - Orientação aos escritórios ou departamentos regionais de órgãos federais nos estados, no sentido de que apoiem e participem dos sistemas estaduais e municipais de Defesa Civil.

9) - Solicitação da inclusão de temas de Defesa Civil nos programas da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, para divulgação à população em geral, sobre o assunto.

10) - Sugerir a criação, na área federal, de órgão de Defesa Civil em nível de Secretaria Especial, que teria em sua organização - uma Academia de Defesa Civil e contaria com um fundo para atendimento de despesas desse setor, bem como a elaboração de legislação que determine aos Estados e aos municípios a criação dos seus sistemas de Defesa Civil, dentro do mais curto prazo possível. (os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo)

Salientou o prefeito as obras de 17 quilômetros que compõem o sistema atual de galerias de águas pluviais em Vitória e que, "quando o sistema se encontrar totalmente concluído, já não teremos mais os problemas de alagamento que ocorrem em pequena escala dentro do município atualmente".

Segundo Setembrino, a área metropolitana de Vitória compreende os 51 quilômetros quadrados da ilha e parte ainda do continente, que inclui uma área até o Porto de Tubarão e proximidades do aeroporto Eurico Salles. "Há dez anos atrás, essa região não tinha os problemas de ordem social de hoje, mas esses estão sendo solucionados na medida do possível pela administração pública".

Está sendo possível solucionar esses problemas, devido aos recursos que a PMV tem conseguido junto a órgãos como a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano e outras entidades ligadas à área de urbanização e desenvolvimento em todo o país, explicou Pelissari.

Os 17 quilômetros de galerias pluviais que a Vitória dispõe hoje compreendem o sistema de saneamento da que PMV tem realizado nos últimos anos. Desses 17 quilômetros são de obras executadas durante as duas administrações de Pelissari, junto à PMV.

Elas incluem a bacia do Parque Moscoso, onde há uma galeria de águas pluviais de concreto armado com um metro. Interligando as galerias principais, foram executadas, ainda nessa região, as redes de manilhas que permitem o saneamento de toda a área.

A bacia do Morro do Fonte Grande-Piedade completa o sistema de saneamento, com dutos de concreto em toda a bacia de contribuição, o que favorece toda a região compreendida do Morro até a Praça Costa Pereira.

Acentuou ainda o prefeito de Vitória a importância das obras da galeria da bacia Capixaba, bacia do Forte de São João e bacia de Jucutuquara. A primeira serve ao comércio e unidades residenciais situadas na parte baixa da cidade, e sua construção percorre a rua José Sette. A segunda, passando pelas ruas Desembargador José Vicente e Dom Bosco, atende toda a população do Forte São João. A última, com uma parte já construída e outra em fase inicial de obras, servirá de escoamento à região de Jucutuquara e Fradinhos.

A bacia do Bairro de Lourdes, bairro da Consolação e Bento Ferreira, passa pelas ruas Flávio Abaurre, José Batalha e Jair Etienne Dessau-ne, ligando o Bairro de Lourdes à Beira Mar. Já a bacia da Cesar Hilal corta o bairro de Santa Helena, Praia do Suá e Bento Ferreira.

A galeria Leitão da Silva escoará as águas pluviais das localidades de Gurigica, Santa Lúcia e parte do bairro de Itanaré, sendo que Maruípe, Tabuazeiro e parte de Itanaré serão atendidos pela galeria Arlindo Sodrê, em fase inicial de construção. Há ainda as galerias de Praia do Canto, Jardim da Penha, Jardim Camburi, Santo Antônio e Santa Marta.

Outro aspecto que Setembrino Pelissari destacou em sua palestra foi com relação às obras de contenção das encostas dos morros. São os deslizamentos de blocos de rochas, com obras já executadas nos morros do Moscoso, Piedade, Fonte

Setembrino Pelissari: destacando a importância das galerias pluviais

Grande e rua Wilson Freitas, além dos muros de contenção em vários acessos a morros e em ruas de Vitória.

Abordou ainda os problemas relacionados com o crescimento demográfico. Com relação à proteção de reservas florestais, Pelissari falou que, "já em 1929, havia preocupação por parte da administração pública com as áreas verdes".

A lei número 276 - disse ele - limitava para essa época a cota máxima de 30 metros; em 1972 foram então limitadas as construções para a cota de 4 metros, de acordo com a lei 2174; em 1974, a lei 2331 diz que "a zona de Reserva Florestal é constituída das áreas situadas acima da curva de nível de 50 metros no maciço central da Ilha de Vitória e dos morros da Gamela, Morro Grande, Bento Ferreira, sendo essa área considerada de proteção da cidade contra a poluição, e nela é proibido qualquer tipo de construção".

Salientou ainda o prefeito que dentro da Defesa Civil a PMV tem feito "grandes realizações com relação ao salvamento marítimo, muito embora se trabalhe com pouco pessoal e material razoável para os atendimentos". Explicou ele que as estatísticas demonstram a "eficiência dos trabalhos dos salvavidas, sendo que em 1974 foram relatados 14 óbitos; em 75, 11; em 1976, 4 e durante esse ano ainda não ocorreu nenhum, evidenciando a importância desse serviço situado na Praia de Camburi".

Ao governador Elcio Alvares, os participantes do II Simpósio Estadual de Defesa Civil da Região Sudeste entregaram, ontem à tarde, um documento contendo as conclusões finais do encontro.

O documento - contendo 13 itens - foi assinado por representantes das Coordenações de Defesa Civil dos Estados da Região Sudeste. Entre as medidas sugeridas está o levantamento de áreas e pontos vulneráveis nos estados para, em futuros objetivos, tentar viabilizar junto às secretarias e órgãos competentes, as medidas preventivas mediante a utilização do controle meteorológico e hidrográfico.

Um importante item do documento, considerado pelos participantes do II Simpósio, foi a solicitação da inclusão de temas de defesa civil nos programas da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, para divulgação à população em geral sobre o assunto.

Seguem, na íntegra, as conclusões do I Simpósio Estadual de Defesa Civil da Região Sudeste:

1) - Conveniência de estender a ação educacional dos assuntos de Defesa Civil a todos os níveis de ensino em caráter prático nos currículos escolares, com recomendação no de Educação Moral e Cívica, mediante ligação com o Ministério da Educação e Cultura.

2) - Necessidade da conveniência do estudo conjunto, pelos sistemas estaduais de Defesa Civil, de áreas vulneráveis às emergências que abranjam dois ou mais estados.

3) - Verificação, pelos sistemas estaduais, da possibilidade da preparação de recursos humanos capazes de prestar serviços diversos mediante utilização de recursos locais, utilizando organizações públicas e privadas.

4) - Verificação da possibilidade de manutenção de um Fundo Especial para atendimento, a nível estadual, das emergências.

5) - Determinação dos sistemas estaduais de manterem os seus programas, no objetivo de atuarem para consecução do Bem-Estar Social sem qualquer sentido de facção, visando tão somente à qualidade de vida do povo.

6) - Levantamento de áreas e pontos vulneráveis nos estados para, entre outros objetivos, tentar viabilizar junto às secretarias e órgãos competentes, as respectivas medidas preventivas, mediante, entre outras providências, a utilização do controle meteorológico e hidrográfico.

7) - Solicitação para que o Conselho Nacional de Defesa Civil autorize, legalmente, o fornecimento de combustíveis aos veículos utilizados em operações de Defesa Civil, decorrentes de situações provocadas por eventos desastrosos, nas datas em que seu fornecimento está suspenso por motivos de economia de combustível, permitindo assim o seu fornecimento para os casos de emergência no campo geral da Defesa Civil.

8) - Orientação aos escritórios ou departamentos regionais de órgãos federais nos estados, no sentido de que apoiem e participem dos sistemas estaduais e municipais de Defesa Civil.

9) - Solicitação da inclusão de temas de Defesa Civil nos programas da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, para divulgação à população em geral, sobre o assunto.

10) - Sugerir a criação, na área federal, de órgão de Defesa Civil em nível de Secretaria Especial, que teria em sua organização - uma Academia de Defesa Civil e contaria com um fundo para atendimento de despesas desse setor, bem como a elaboração de legislação que determine aos Estados e aos Municípios a criação dos seus sistemas de Defesa Civil, dentro do mais curto prazo possível. (os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo recomendam uma possível urgência na matéria, bem como o Espírito Santo).

11) - Conveniência da realização de novos simpósios para benefício mútuo dos sistemas estaduais e regionais, mediante um consenso amplo de Defesa Civil como educação para a vida e atuante nas fases preventivas assistencial e de recuperação e não apenas como atendimento às calamidades públicas ou emergências.

12) - Vinculação da direção dos sistemas estaduais de Defesa Civil a órgão da Administração Direta, de caráter permanente e de ligação direta ao chefe do Executivo Estadual.

13) - Voto de louvor ao Sistema de Defesa Civil do Espírito Santo pela promoção do II Simpósio Estadual de Defesa Civil da Região Sudeste.